

Boletim Informativo Legislativo

Junho/2009

Colaboração:
Domingos de Torre
site: www.sdas.org.br

Portaria nº 182, de 27.05.09, da Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Santos (DOU-1, de 01.06.09).

Trata da autorização para inspeção de cargas sob controle aduaneiro pelos órgãos e agências anuentes.

Circular SECEX nº 29 de 29.05.09, da Secretaria de Comércio Exterior (DOU-1, de 02.06.09).

Torna pública, na forma do Anexo a esta Circular, a lista de entidades autorizadas pela Secretaria de Comércio Exterior a emitir Certificados de Origem no âmbito dos Acordos firmados pelo Brasil na Associação Latino-Americana de Integração (ALADI).

Portaria Conjunta nº 1, de 01.06.09, da Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Santos/da Companhia Docas do Estado de São Paulo (DOU-1, de 03.06.09).

Cria o "banco de dados comum de credenciamento - BDCC", que possibilita a emissão de crachás eletrônicos para identificação de pessoas e veículos autorizados ao acesso no Porto de Santos.

Protocolo ICMS 23, de 03.06.09 (DOU-1, de 04.06.09).

Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados nas operações de importação por conta e ordem de terceiros e de importação por encomenda, e dá outras providências.

Portaria nº 13, de 02.06.09, da Secretaria de Comércio Exterior (DOU-1, de 04.06.09).

Dispõe sobre a certificação de origem no âmbito do Acordo de Comércio Preferencial entre o Mercosul e a República da Índia.

Lei nº 11.945, de 04.06.09, do Poder Legislativo Federal (DOU-1, de 05.06.09).

Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.

Decreto nº 6.869, de 04.06.09, do Poder Executivo Federal (DOU-1, de 05.06.09).

Dispõe sobre a coordenação e articulação dos órgãos federais, bem como sobre os níveis de proteção dos navios e das instalações portuárias, da adoção de medidas de proteção aos navios e instalações portuárias, e institui a Rede de Alarme e Controle dos Níveis de Proteção de Navios e Instalações Portuárias, e dá outras providências.

Resolução nº 29, de 05.06.09, da Câmara de Comércio Exterior (DOU-1, de 05.06.09 – Edição Extra).

Dispõe sobre a exclusão do código NCM 7214.20.00 da Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum, de que trata o Anexo II da Resolução CAMEX nº 43, de 22 de dezembro de 2006, cuja alíquota do Anexo I da citada Resolução deixa de ser assinalada com o sinal gráfico "#".

Decreto nº 54.422, de 05.06.09, do Poder Executivo do Estado de São Paulo (DOESP 06.06.09).

Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – RICMS.

Resolução nº 30, de 09.06.09, da Câmara de Comércio Exterior (DOU-1, de 18.06.09).

Dispõe sobre a alteração para 2% (dois por cento), até 31 de dezembro de 2010, das alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Informática e Telecomunicação que relaciona, na condição de Ex-tarifários.

Resolução nº 31, de 09.06.09, da Câmara de Comércio Exterior (DOU-1, de 18.06.09).

Dispõe sobre a alteração para 2% (dois por cento), até 31 de dezembro de 2010, das alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Capital e componentes do Sistema Integrado relacionados a este ato, na condição de Ex-tarifários, bem como revoga e altera Ex-tarifários de Resoluções precedentes.

Resolução nº 32, de 09.06.09, da Câmara de Comércio Exterior (DOU-1, de 18.06.09).

Dispõe sobre a alteração para 2%, por um período de 12 meses e para as quotas indicadas, a alíquota *ad valorem* do Imposto de Importação das mercadorias a este ato relacionadas, bem como informa a possibilidade da edição de norma complementar visando estabelecer os critérios de alocação das referidas quotas.

Decreto nº 6.879, de 18.06.09, do Poder Executivo Federal (DOU-1, de 19.06.09).

Dispõe sobre a execução da Ata de Retificação, de 30 de março de 2009, do Segundo Protocolo Adicional ao Apêndice II do Acordo de Complementação Econômica nº 55, entre os Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, Estados Partes do MERCOSUL, e os Estados Unidos Mexicanos.

Decreto nº 6.880, de 18.06.09, do Poder Executivo Federal (DOU-1, de 19.06.09).

Dispõe sobre a execução da Decisão CMC Nº 23/04 “Procedimento para Atender Casos Excepcionais de Urgência – Art. 24 do Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no Mercosul”, aprovada pelo Conselho do Mercado Comum, em 7 de julho de 2004.

Resolução nº 35, de 18.06.09, da Câmara de Comércio Exterior (DOU-1, de 19.06.09).

Dispõe sobre a prorrogação, até 31 de dezembro de 2010, do prazo de vigência dos Ex-tarifários relacionados a este ato, publicados e/ou prorrogados por Resoluções precedentes.

Portaria nº 15, de 19.06.09, da Secretaria de Comércio Exterior (DOU-1, de 22.06.09).

Dispõe sobre a alteração dos arts. 75 e 78-A da Portaria SECEX nº 25, de 27 de novembro de 2008 que uniformiza as operações de drawback.

Resolução nº 37, de 18.06.09, da Câmara de Comércio Exterior (DOU-1, de 24.06.09).

Dispõe sobre a inclusão na Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum, de que trata o Anexo II da Resolução CAMEX nº 43, de 22 de dezembro de 2006, de códigos, cujas alíquotas do Anexo I da citada Resolução passam a ser assinaladas com o sinal gráfico "#", bem como exclui e mantém alíquota de “Ex” de Resoluções precedentes.

Decreto nº 6.887, de 25.06.09, do Poder Executivo Federal (DOU-1, de 26.06.09).

Altera os Decretos nºs 5.171, de 6 de agosto de 2004, 5.649, de 29 de dezembro de 2005, 5.712, de 2 de março de 2006, e 6.233, de 11 de outubro de 2007, para regulamentar dispositivos das Leis nºs 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.196, de 21 de novembro de 2005, e 11.484, de 31 de maio de 2007.

Decreto nº 6.890, de 29.06.09, do Poder Executivo Federal (DOU-1, de 30.06.09).

Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006.